

SINDÁGUA

Sindicato dos Trab. nas Ind. de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



PÁGINA VIRADA

A Copasa dirigida por quem vive da empresa anseia pela reconstrução. Página 2

PL e dias parados prontos para decisão judicial

Como já informamos aos trabalhadores em boletins anteriores, a Justiça já está em condições de sentenciar sobre os dois processos movidos pelo Sindicato, para que a empresa reembolse os trabalhadores do desconto indevido de dias parados da greve de 2003 e também para reparar o pagamento irregular da PL 2009.

O sindicato já fez suas considerações sobre o documento produzido pelo perito designado pela

Justiça para apurar o pagamento da PL. Aguardamos apenas a sentença judicial, que deve acontecer em breve.

Sobre os dias parados, o Sindicato manifestou a concordância com a atualização monetária apresentada pela Copasa e aguardamos a sentença judicial para que o pagamento seja efetuado.

O sindicato comunicará imediatamente os trabalhadores sobre as duas decisões.



Cada um com seu próprio protetor

Sem condições de trabalho

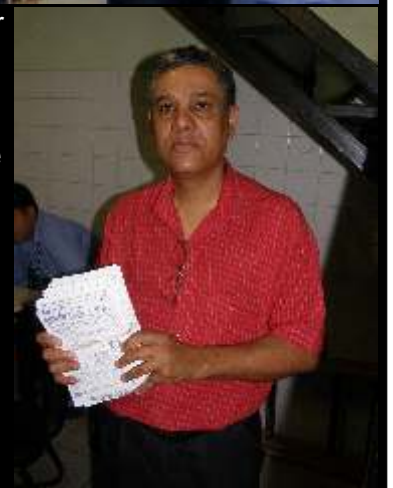
Sapato furado, uniforme rasgado, pele queimada pelo sol, trabalho sem condição de almoçar, riscos de cães...

Estas são as condições em que os leituristas enfrentam seu trabalho. Os filtros solares, que também faltam na área operacional, dependem de licitação que agarrou na morosidade...

Página 2



«Meu sapato já furou...»



Um quilo de malas diretas

Reconstrução

A mudança na cabeça administrativa da Copasa pode estar começando a reescrever o papel social destinado à Copasa como instrumento do Estado para cumprir seu papel constitucional de garantir os serviços de saneamento à população. Pela primeira vez em sua história a Copasa tem na sua alta direção o comando de “funcionários de carreira”, após amargar um longo e catastrófico momento nas relações de trabalho.

Herdam, infelizmente, uma situação hostil nos relacionamentos internos, que se reflete na falta do diálogo com os trabalhadores e com a representação sindical, ancorada em um estilo administrativo autoritário. Os trabalhadores sofrem com a falta de um Plano de Cargos e Salário transparente, com imposições nocivas que prejudicam os companheiros na

sustentação do nível de contribuição à Previminas, problemas sérios para a manutenção do Copass Saúde. Ao mesmo tempo, temos falta de mão de obra em toda a empresa, com situação caótica no interior do Estado, enquanto se acelera um processo de terceirização escandaloso e irregular, prejudicando a imagem da Copasa com a necessidade do retrabalho e penalizando os direitos dos trabalhadores.

A nova direção tem a missão de reconstruir a imagem da Copasa com serviços de qualidade e eficiência. Alçados ao topo do comando na empresa, os novos diretores assumem com o apoio de toda a casa para reverter a Copasa ao caminho da responsabilidade social, do bom atendimento aos municípios que dependem dos nossos serviços, de manter a qualidade do nosso



trabalho com um tratamento respeitoso aos direitos dos trabalhador

es, diálogo e transparência no relacionamento sindical.

Toda a “casa” anseia pelas mudanças necessárias. A empresa passa a ser conduzida por profissionais participantes do crescimento da Copasa. Conviveram e conhecem a dedicação dos companheiros e representam a expectativa de termos os direitos respeitados e um relacionamento sadio com os sindicatos que defendem os trabalhadores a própria integridade da empresa.

Falta equipamentos para trabalhar

Falta de equipamentos de segurança, como botinas, uniformes e protetores solares. Esta é a realidade apresentada ao sindicato por companheiros leituristas, situação enfrentada também de forma generalizada na área operacional em relação aos cuidados com a pele em longas exposições ao sol.

Os companheiros leituras chegam ao ponto de comprarem seus próprios tênis e protetores solares para trabalharem, pois recebem sempre a explicação da empresa que estaria presa no processo burocrático para fazer licitação para compra dos filtros.

Outros problemas foram ainda citados pelos companheiros leituristas, como fazer rotas em bairro distante

onde não há convênio com o VR (Vale Refeição). Precisariam se deslocar para alguma localidade próxima para almoçarem, mas a

empresa não fornece o transporte, obrigando-os ficar sem a alimentação. Reclamam também do excesso de peso que carregam. Além do sileim, são obrigados a transportarem pacotes de malas diretas, obrigando-os se desdobrarem para cumprir a rota.



SINDÁGUA Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

Presidente: José Maria dos Santos - Diretor de Comunicação: Rogério Matos de Araújo - Jornalistas: Janaina Ferreira da Mata MG-064.87 JP e José Geraldo Ribeiro - MG 02717JP - Diagramação: Luiz Carlos Nicolau - Tiragem: 10.000 exemplares - Impressão: Gráfica do Gaúcho

Rua Congonhas, 518 - Santo Antônio - Belo Horizonte/MG - Tel: (31) 3297-7227 - Fax: (31) 3297-7224 CEP: 30330-100
www.sindagua.com.br e-mail: sindagua@sindagua.com.br - Jornal SINDÁGUA comunicacao@sindagua.com.br

PESQUISA IBOPE

Saneamento não é uma prioridade

Nem para a população, nem para os políticos

Divulgada no dia 12 de agosto de 2009, uma pesquisa realizada pelo Ibope demonstra que a população é mal informada e não considera o saneamento básico uma prioridade. Entre os entrevistados, 31% não sabem o que significa saneamento básico e os demais acreditam que seja apenas um serviço: só água (28%), ou somente esgoto (54%), ou apenas coleta de lixo (15%), ou limpeza pública (14%), ou até mesmo pavimentação/reforma de calçadas (8%).

Apesar de não saber que saneamento básico representa a soma dos serviços de esgoto, de água, de coleta de lixo e limpeza urbana, os pesquisados consideram a ÁGUA o item mais importante dos serviços de primeira necessidade. O ESGOTO é o terceiro serviço de maior importância, ficando atrás da LUZ, que ocupou o segundo lugar.

Já no grau de importância dos serviços, mesmo o saneamento básico recebendo 75% de menções muito importante, o setor não é visto como uma área que mereça a mesma atenção que a segurança, o desemprego, a educação ou a saúde. Quando comparado à saúde, apenas 5% dos entrevistados avaliaram que a Prefeitura deve dar mais atenção ao saneamento, contra 76% que optaram pela saúde e 19% que defendem que ambos merecem a mesma atenção. Isso demonstra que as pessoas consultadas não se dão conta que o saneamento tem grande impacto sobre a saúde da população. Além disso, metade dos entrevistados acham que o valor da conta de água é caro em relação ao serviço que recebem e apenas 2% consideram o valor barato.

Ainda que 61% tenham afirmado que a Prefeitura não se esforça o

bastante para universalizar os serviços de coleta e tratamento de esgoto e 24% considerarem que a administração municipal não tem feito nada para que a cidade tenha um atendimento pleno, a grande maioria dos entrevistados (84%) não faz cobranças para melhorar os serviços prestados. Até mesmo entre aqueles que não estão ligados à rede 81% nunca fizeram qualquer reivindicação.

Para a maioria dos pesquisados (61%), os candidatos a prefeito das eleições passadas não se mostraram preocupados com os serviços de coleta e tratamento de esgoto. Mas quando questionados sobre os

saúde e qualidade de vida da população, a pesquisa demonstra que os cidadãos brasileiros, talvez por desconhecimento do assunto, consideram outras áreas mais importantes do que o saneamento, não se mobilizam para reivindicar melhorias nos serviços e levam em conta o tema ao escolher seus candidatos. Portanto, é preciso uma mudança de postura, dos governantes e também dos veículos de comunicação, para despertar a consciência na população sobre o tema, de forma que, o saneamento básico passe a ter a atenção que merece e necessita.



temas que levaram em conta na hora de escolher seu candidato para ocupar a Prefeitura da sua cidade, apenas 1% dos entrevistados disseram que foi o abastecimento de água, 2% o esgoto e 1% a limpeza pública. Enquanto a saúde foi escolhida por 19%, a educação e segurança por 10% cada. Ou seja, se para os eleitores o saneamento não é considerado relevante na hora do voto, para os candidatos o tema não é visto como uma prioridade na agenda de campanha.

A despeito da importância dos serviços de saneamento para a

DADOS DA PESQUISA – A pesquisa inédita foi realizada pelo Ibope entre os dias 21 e 29 de julho de 2009. Foram entrevistadas 1.008 pessoas, maiores de 18 anos, residentes em municípios brasileiros com mais de 300 mil habitantes. Em Minas Gerais, a pesquisa foi feita em Belo Horizonte, Contagem, Ribeirão das Neves, Montes Claros, Uberlândia e Juiz de Fora. 58% dos entrevistados estão situados na região Sudeste.

Para conhecer a pesquisa completa, acesse o site.

Governo e entidades fecham acordo para beneficiar aposentados, atuais e futuros

Após semanas de negociações, em Brasília, entre representantes do governo Lula e dos trabalhadores, aposentados e da ativa, foi formalizado um acordo para conceder ganho real às aposentadorias superiores ao salário mínimo. A proposta fechada no último dia 25 de agosto traz a elaboração de um substitutivo que engloba projetos de lei em andamento no Congresso Nacional e reajuste com aumento real em 2010 e 2011 para 8,2 milhões de aposentados.

Ficou acertado que os aumentos a serem concedidos aos benefícios acima do mínimo levarão



em conta a inflação do período (INPC) mais 50% da alta do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos atrás. A previsão é que o reajuste de janeiro de 2010 seja de 6,5%, considerando a projeção do INPC

para este ano, de 3,49% mais a metade da alta do PIB de 2008 (5,5%). O impacto orçamentário será de cerca de R\$ 3 bilhões, já autorizado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas que ainda depende da aprovação do Congresso.

O pacote acordado com a participação dos ministros José Pimentel, da Previdência Social, e Luiz Dulci, da Secretaria Geral da Previdência da República, e representantes das centrais sindicais e entidades de aposentados beneficia também milhares de trabalhadores e trabalhadoras da ativa. Entenda as principais mudanças apresentadas no substitutivo:

- Flexibilização do Fator Previdenciário: Criação do Fator "85-95", que passará a ser uma fórmula alternativa ao atual fator previdenciário, requerendo a **soma do tempo de contribuição com a idade do trabalhador ao se aposentar. As** mulheres com o resultado da soma de 85 e os homens com 95 terão direito ao benefício integral, sendo que para cada ano a mais do tempo mínimo de contribuição para aposentadoria é diminuído um ano da idade.

Por exemplo, uma trabalhadora com 30 anos de contribuição e 55 anos de idade (Soma = 85) ou 32,5 anos de contribuição e 52,5 anos de idade (Soma = 85). Já para o trabalhador, o cálculo seria 35 anos de contribuição e 60 anos de idade (Soma = 95) ou 37,5 anos de contribuição e 57,5 anos de idade (Soma = 95).

Além disso, os períodos recebendo seguro-desemprego ou sob aviso-prévio passam a contar para a aposentadoria, se o trabalhador continuar pagando o INSS; e a Tábua de Expectativa de Vida do IBGE será "congelada", ou seja, mesmo que for editada uma nova tábua, vale aquela que estava em vigor quando o trabalhador completou o tempo de aposentadoria.

- Nova média para o cálculo da aposentadoria - Será utilizada a média dos 70% maiores salários de contribuição, a partir de julho de 1994, para o cálculo do valor do benefício previdenciário. Atualmente são considerados os 80% maiores salários de contribuição. A medida beneficia os trabalhadores menos qualificados, que tendem a ter reduções salariais quando se aproximam da aposentadoria.

- Garantia de emprego para pré-aposentados: Garantia de emprego nos 12 meses que antecedem a aposentadoria. O empregador não poderá demitir o funcionário um ano antes da aposentadoria, ou, no caso de demissão nesse período, deverá pagar o salário de 12 meses, além das contribuições para a Previdência.

- Mesa de negociação permanente: Será criada uma mesa permanente de negociação para garantir um reajuste real para aposentados que ganham mais de um mínimo a partir de 2011. A mesa será composta por entidades dos trabalhadores, dos aposentados e o Governo Federal para tratar das políticas de valorização dos aposentados e idosos.